



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 610/2023 – 1º Turno

Comissão de Legislação e Justiça

Proponho que o Projeto de Lei nº 610/2023, de autoria do vereador César Gordin, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao gabinete do Exmo. Senhor Prefeito, Fuad Noman, para que se manifeste com o objetivo de esclarecer sobre os seguintes aspectos do projeto:

1) Existe óbice técnico, legal ou de outra natureza que inviabilize a concretização das medidas propostas pelo Projeto de Lei nº 610/2023?

2) O Projeto de Lei nº 610/2023 apresenta inovação no ordenamento municipal?

3) Existe interesse e conveniência públicos na instituição da política supracitada?
Em caso negativo informar o motivo.

Cumpre destacar que as informações requeridas nesta diligência possuem o propósito de embasar de forma substancial a confecção do parecer técnico desta Comissão de Legislação e Justiça.

Belo Horizonte, 27 de junho de 2023

IRLAN CHAVES
DE OLIVEIRA
MELO:9236076
9634

Assinado de forma digital por IRLAN
CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI
Múltipla v5, ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,
cn=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
Dados: 2023.06.27 14:54:53 -03'00'

Vereador Irlan Melo
Líder do Patriota

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 27/06/2023
HORA. 15:58

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)**RELATÓRIO****▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001**

Data de verificação 27/06/2023 19:00:53 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	PL 610-23 - diligência.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	4cadf6cb6fcc6548fc36e81f933c785b3e35fc6d481dd77cc572d0f43856d838
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1

▼ BR Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:*607696**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR**

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	27/06/2023 17:54:53 UTC
Status dos atributos	Aprovados

► Informações do assinante**► Caminho de certificação****► Atributos****AVALIE ESTE
SERVIÇO****EXPANDIR
ELEMENTOS**Modo escuro ☐

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM PRIMEIRO TURNO AO PROJETO DE LEI Nº 616/2023

VOTO DO RELATOR

1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça o Projeto de Lei nº 616/2023, de autoria dos vereadores: Ver.(a) Braulio Lara; Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé; Ver.(a) Flávia Borja; Ver.(a) Henrique Braga; Ver.(a) Irlan Melo; Ver.(a) Jorge Santos; Ver.(a) Marcela Trópia; Ver.(a) Marcos Crispim; Ver.(a) Professor Juliano Lopes; Ver.(a) Reinaldo Gomes Preto Sacolão; Ver.(a) Wanderley Porto, que "Institui o programa de concessão de bolsas de estudo em escolas da rede particular de ensino no Município, por meio de compensação de ISSQN nos estabelecimentos de ensino particular de ensino médio do município."

Designado Relator, passo à fundamentação e ao voto, nos termos do art. 52, I, "A" do Regimento Interno desta Casa.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O objetivo do programa é possibilitar que alunos concluintes da rede pública municipal de Belo Horizonte tenham a oportunidade de cursar o Ensino Médio em escolas particulares.

De acordo com o projeto, o Poder Executivo fica autorizado a conceder a compensação integral do ISSQN, correspondente ao valor total das bolsas integrais oferecidas aos alunos beneficiários, aos estabelecimentos de ensino participantes do programa. As instituições de ensino privadas do município que oferecem ensino médio, devidamente autorizado pelo Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, poderão participar do programa mediante o comprometimento de destinar vagas equivalentes ao valor estimado do ISSQN devido para os alunos beneficiários.

As escolas participantes devem informar ao Poder Público, até o último dia do mês subsequente à matrícula, a lista dos alunos contemplados com as bolsas, incluindo nome completo, série, endereço e o valor médio das mensalidades pagas pelos alunos das turmas correspondentes. Além disso, no final de cada ano letivo, as escolas devem informar ao Poder Público o desempenho de cada aluno participante do programa, bem como o valor da receita operacional bruta utilizado como parâmetro para o cálculo do número de vagas.

Em resumo, o Projeto de Lei busca criar um programa que permita a concessão de bolsas de estudo em escolas particulares para alunos concluintes da rede pública municipal de Belo Horizonte. A compensação do ISSQN aos estabelecimentos de ensino participantes é uma forma de viabilizar financeiramente as bolsas, enquanto as escolas devem disponibilizar vagas correspondentes ao valor estimado do imposto.

2.1 Da constitucionalidade

Como é sabido, está entre as atribuições da Comissão de Legislação e Justiça o controle preventivo de constitucionalidade..

Sendo assim, a inconstitucionalidade se dará quando o projeto de lei deixar de observar os textos da Constituição Federal e / ou da Constituição Estadual.

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece, em seu art. 205, que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No caso em tela, evidencia-se que o Projeto de lei 616/2023 encontra-se em consonância com a Constituição da República art. 205, haja vista que ao instituir um programa de concessão de bolsas de estudo em escolas da rede particular de ensino para alunos concluintes da rede pública, o projeto busca garantir o acesso à educação de qualidade, o que está em consonância com o princípio do direito à educação previsto no artigo 205.

Além disso, ao incentivar a colaboração da sociedade, ao utilizar a compensação do ISSQN como forma de financiar as bolsas, o projeto busca envolver os setores privados na promoção da educação, seguindo o espírito de colaboração descrito no referido artigo constitucional.

Do ponto de vista da iniciativa, projeto de lei em discussão pode ser proposto tanto pelo Poder Executivo quanto pelo Poder Legislativo, de acordo com a Constituição Federal.

O princípio da separação dos poderes estabelece que tanto o Poder Executivo quanto o Poder Legislativo possuem competência para iniciar a tramitação de projetos de lei. Dessa forma, os parlamentares têm a prerrogativa de apresentar projetos de lei sobre diversas matérias, desde que estejam dentro dos limites estabelecidos pela Constituição.

Portanto, pode ser proposto pelos membros do Poder Legislativo sem que haja qualquer inconstitucionalidade nesse aspecto.

2.2 Da Legalidade

No que concerne à legalidade/juridicidade, cumpre a esta Comissão de Legislação e Justiça examinar a concordância da proposição legislativa em face do arcabouço normativo infraconstitucional. Exige-se, portanto, a conformidade da proposição com as regras e os princípios gerais consagrados pelos diversos ramos do direito.

No tocante ao Projeto de Lei nº 616/2023, ressalta-se que o mesmo se encontra em estrita concordância com os ditames da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte que afirma no art. 157, no § 1º, I, III e IV, as seguintes garantias:

Art. 157 - A educação, direito de todos, dever do Poder Público e da sociedade, tem como objetivo o pleno desenvolvimento do cidadão, tomando-o capaz de refletir sobre a realidade e visando à qualificação para o trabalho.

§ 1º - O dever do Município com a educação implica a garantia de:

I - ensino de primeiro grau, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria, em período de oito horas diárias para o curso diurno;

(...)

III - expansão progressiva da escola pública de segundo grau;

IV - acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

O projeto de lei cumpre com a garantia do dever do Município com a educação ao estabelecer a concessão de bolsas de estudo para alunos concluintes da rede pública cursarem o Ensino Médio em escolas particulares. O programa de bolsas proporciona acesso ao ensino de qualidade, cumprindo o objetivo de qualificação para o trabalho e o pleno desenvolvimento dos cidadãos.

O inciso III do art. 157 da referida Lei é cumprido ao promover a expansão do acesso ao Ensino Médio em escolas particulares, e o inciso IV é garantido ao proporcionar o acesso aos níveis mais elevados de ensino, permitindo que os alunos beneficiários tenham acesso à educação de qualidade e a possibilidade de prosseguir nos estudos.

2.3 Da Regimentalidade

Não se vislumbra, no que pertine à regimentalidade, vício capaz de impedir o prosseguimento do Projeto de Lei nº 616/2023, haja vista estar em consonância com a sua correta instrução, com a devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa. Fora instruído corretamente de acordo com o Regimento Interno, não verifico portanto vício capaz de impedir o seu prosseguimento. A proposta aqui por ora versada não invade as competências privativas, portanto, não se encontra vício de iniciativa e de matéria privativa.

3. CONCLUSÃO

Pelas razões aduzidas, meu parecer é pela **constitucionalidade, legalidade e regimentalidade** do Projeto de Lei nº 616/2023.

Belo Horizonte, 28 de junho de 2023.

RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:49
531867615

Assinado de
forma digital por
RAMON BAPTISTA
BIBIANO:4953186
7615
Dados: 2023.06.28
09:51:10 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio

Relator

INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 28/06/2023 12:57:26 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer PL 616.2023.pdf
Resumo SHA256 do arquivo 7130d5198d578964fb7eaa74f730821fff016
3f82ac99b94b7e4944d140facc3
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ ■ Assinatura por CN=RAMON BAPTISTA BIBIANO:***318676**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 28/06/2023 12:51:10 UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

AVALIE ESTE SERVIÇO

EXPANDIR ELEMENTOS

Modo escuro ☐



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER EM PRIMEIRO TURNO — PROJETO DE LEI 620/2023
VOTO DO RELATOR

1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Vereador Miltinho CGE que *Institui o Conselho Municipal de Direitos Animais e o Fundo Municipal de Direito Animais no âmbito do Município de Belo Horizonte/MG e dá outras providências.*

Após ser devidamente instruído com a legislação correlata, fui designado Relator – conforme despacho de recebimento – para análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 620/2023.

Passo, então, à fundamentação do presente parecer.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei nº 620/2023, em suma, almeja *Garantir uma estrutura eficiente e adequada para tutelar os direitos fundamentais animais no âmbito deste Município.* Para tanto, o Projeto propõe a criação do Conselho Municipal de Direitos Animais e do Fundo Municipal de Direitos Animais.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

2.1 Da Constitucionalidade

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.



Cabe, portanto, a esta Comissão de Legislação e Justiça, efetuar o controle de constitucionalidade preventivo com o intuito de impedir que disposições contrárias às Constituições supracitadas sejam inseridas no arcabouço normativo municipal.

Não obstante a matéria estar em consonância com a competência prevista no art. 30, I, da Magna Carta, por tratar-se de “assuntos de interesse local”, o Projeto de Lei nº 620/2023 encontra-se eivado de inconstitucionalidade, pois viola o princípio da harmonia e separação dos poderes, previstos no art. 2º da Constituição da República (1988) e no art. 6º da Constituição Mineira (1989).

Tendo em vista que os Conselhos Municipais são estruturas vinculadas ao Poder Executivo, a proposição está dispondo em matéria de organização e gestão administrativa que vai de encontro com o art. 66, III, f, e 90, XIV, da Constituição Estadual.

Art. 66 - São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Constituição:

(...)

III - do Governador do Estado:

(...)

f) a organização da Advocacia do Estado, da Defensoria Pública, da Polícia Civil, da Polícia Militar e dos demais órgãos da Administração Pública, respeitada a competência normativa da União;

(...)

Art. 90 - Compete privativamente ao Governador do Estado:

(...)

XIV - dispor na forma da lei, sobre a organização e atividade do Poder Executivo.

Em razão do princípio da simetria, que obriga o Município a observar as normas constitucionais que tratam do processo legislativo, a competência para organização da atividade administrativa é privativa do Prefeito.



Jurisprudência consolidada do Tribunal de Justiça de Minas Gerais corrobora com o fundamento acima explanado ao decidir que Projetos de Lei de iniciativa do Poder Legislativo que criam Conselhos Municipais são inconstitucionais por se tratar de matéria privativa do Chefe do Poder Executivo.

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI Nº 4.319/2019, DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO - ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - CRIAÇÃO DE CONSELHO MUNICIPAL - MATÉRIA AFETA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - VÍCIO DE INICIATIVA - OFENSA À SEPARAÇÃO DE PODERES - INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA. A legislação que cuida de matéria atinente à organização administrativa é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Sendo assim, a lei de iniciativa parlamentar que cria Conselho Municipal e estabelece suas atribuições é formalmente inconstitucional, por usurpação da competência do Chefe do Executivo. (TJMG - Ação Direta Inconst 1.0000.19.046944-5/000, Relator(a): Des.(a) Edison Feital Leite , ÓRGÃO ESPECIAL, julgamento em 27/11/2019, publicação da súmula em 03/12/2019)

Tais razões supracitadas para a declaração de inconstitucionalidade também são pertinentes à intenção do legislador de criar o Fundo Municipal de Direito Animal. Neste ponto, também o Projeto adentra na seara administrativa de competência privativa do Poder Executivo.

Neste sentido encontra-se o entendimento pacífico do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - MUNICÍPIO LAGOA SANTA - LEI MUNICIPAL N. 3.639/2014 - CRIAÇÃO DE FUNDO DESTINADO A PROGRAMA ANTIDROGAS - INICIATIVA PARLAMENTAR - VÍCIO FORMAL -- AUMENTO DE DESPESAS - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - AFRONTA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DOS PODERES.



- A Lei Municipal que promove o aumento de despesas ao ente federado, com a instituição de fundo com recursos do orçamento municipal para promoção de programa antidrogas, e cria, além disso, novas atribuições a órgão vinculado à Administração Direta, viola o princípio da separação de poderes e constitui vício formal, uma vez que o legislador municipal adentra em seara exclusiva do chefe do Poder Executivo. (TJMG - Ação Direta Inconst 1.0000.14.099269-4/000, Relator(a): Des.(a) Mariangela Meyer, ÓRGÃO ESPECIAL, julgamento em 22/06/2016, publicação da súmula em 08/07/2016)

Portanto, mesmo reconhecendo a louvável iniciativa do nobre vereador, a proposta em análise usurpa a competência do chefe do Executivo Municipal, padecendo de inconstitucionalidade formal.

2.2 Da Legalidade e Da Regimentalidade

Tendo em vista a conclusão pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 620/2023, resta prejudicada a análise da legalidade e regimentalidade.

3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 620/2023.

Belo Horizonte, 30 de Junho de 2023

IRLAN CHAVES

DE OLIVEIRA

MELO:92360769

634

Assinado de forma digital por IRLAN
CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI
Múltipla vS, ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,
cn=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
Dados: 2023.06.30 18:20:59 -03'00'

Vereador Irlan Melo

Líder do Patriota

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 30/06/2023 21:25:24 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer PL 628-23 - Cria Conselho e Fundo Municipal -
Inconstitucionalidade.pdf
Resumo SHA256 do arquivo 00fd5847ee3aac6cad444d38a189f3d1f146aadfa627cfd96cabea575bee
7ed2
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:***607696**,
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla
v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 30/06/2023 21:20:59 UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 1º TURNO

PROJETO DE LEI N. 622/2023

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça, em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n. 622/2023, de autoria do Vereador Henrique Braga, que "Altera os arts. 266, 267, e 282-A da Lei nº 8.616/03, que "Contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte".

Devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora e é nessa condição que passo a fundamentar o presente parecer.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise visa alterar o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte (Lei n. 8.616/03) para acrescentar novo parágrafo ao art. 266 e modificar a redação dos arts. 267 e 282-A, nos seguintes termos:

Art. 266 - [...]

Parágrafo único-A - Excetua-se do disposto no inciso XV do caput deste artigo, a instalação de engenho de publicidade em terrenos e lotes vagos e em edificação destinada exclusivamente a uso não-residencial.

Art. 267 - Nas edificações tombadas, em conjuntos urbanos protegidos e em monumentos públicos, somente são admitidos engenhos de publicidade classificados como indicativos e institucionais.

§ 1º - A instalação de engenhos de publicidade nos locais a que se refere o caput deste artigo deve respeitar as determinações estabelecidas em deliberações pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte - CDPCM-BH -para os conjuntos urbanos protegidos e imóveis com tombamento isolado.

§ 2º - As determinações estabelecidas pelo CDPCM-BH para os locais a que se refere o inciso XIV do art. 266, em especial para os imóveis localizados na ADE Serra do Curral para os quais não haja diretriz específica de proteção, devem se restringir à análise de obstrução de visadas de referenciais simbólicos.

Art. 282-A - A licença para instalação de engenho de publicidade terá validade de 5 (cinco) anos.

§ 1º - A licença para instalação de engenho de publicidade em banca de jornais e revistas perderá sua validade em caso de caducidade do DML.

§ 2º - As licenças para instalação de engenho de publicidade serão renovadas

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA 29/06/23
HORA 19:53



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

automaticamente enquanto mantidas as condições do licenciamento original, devendo haver novo licenciamento apenas no caso de modificação do engenho e a eventual necessidade de realização de novo chamamento público.

Como justificativa expõe que:

A Secretaria Municipal de Política Urbana tem atuado contra a renovação do licenciamento de engenhos de publicidade situados na Avenida Raja Gabaglia ao argumento de que não seria possível a sua instalação em razão do disposto no artigo 266, XV, do Código de Posturas.

Assim, cumpre o registro no sentido de que a presente proposta legislativa decorre exclusivamente da súbita alteração de entendimento da Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana em relação ao procedimento até então adotado quanto aos imóveis de natureza comercial, lindeiros às vias arteriais — onde há grande fluxo de veículos e onde haja o exercício de atividades exclusivamente comerciais, e que não sejam objeto de proteção específica.

Em tais imóveis — situados na Avenida Raja Gabaglia — onde é manifesta a vocação comercial, não há qualquer risco técnico ou urbanístico na proteção conferida pelo sobrezoneamento, que objetivam essencialmente a proteção do uso residencial além de outros elementos previstos na legislação.

Além disso, a paisagem urbana está devidamente protegida à luz da própria norma de posturas (art. 266, XIV), que impede a instalação e manutenção de engenho de publicidade que de qualquer modo obstrua a visada da Serra do Curral, além de outros referenciais simbólicos da cidade, obras de arte e edifícios históricos.

Dito isso, a fim de conferir segurança jurídica na atuação empresarial, nunca é demais lembrar que a Lei 13.874/19 que estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício da atividade econômica já conteria dispositivo suficiente para interpretar em favor da liberdade econômica, da boa-fé e do respeito aos contratos, aos investimentos e à propriedade todas as normas de ordenação pública sobre atividades econômicas privadas.

(...)

Por sua vez, a alteração do artigo 267 do Código de Posturas se faz necessária, vez que o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte tem usurpado da competência da Câmara Municipal quanto à edição de normas relacionadas às posturas municipais para imóveis sem diretriz específica de proteção.

Finalmente, a alteração do artigo 282-A busca imprimir eficiência ao serviço público, a fim de reduzir a burocracia inerente à atividade de licenciamento, autorizando a renovação automática das licenças de engenho de publicidade, desde que mantidas as condições do licenciamento original.

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição Federal e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de controle de constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição Federal ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

In casu, verifica-se a competência municipal para legislar sobre o tema proposto, nos termos do art. 30, I, da Constituição da República: “Art. 30. Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local;”

Com efeito, trata-se de assunto afeto à competência do Município uma vez que a proposição em questão visa alterar o Código de Posturas Municipal no que se refere à instalação dos engenhos de publicidade.

Quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, também não vislumbro nenhum vício no presente Projeto de Lei, uma vez que a iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, estabelecida na Constituição Federal e Estadual, deve ser interpretada de forma restritiva.

Nesse sentido, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em numerus clausus, no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. Não se pode ampliar aquele rol, para abranger toda e qualquer situação que crie despesa para o Estado-membro, em especial quando a lei prospere em benefício da coletividade. (ADI n. 3394-8, Rel. Ministro Eros Grau, DJ. 24/08/2007).

Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal. Previsão de realização de campanha pública de conscientização sobre depósito de materiais recicláveis. Constitucionalidade. - Não é inconstitucional lei municipal, de iniciativa do Legislativo local, que prevê a realização de campanha pública de conscientização sobre o depósito de materiais recicláveis por parte da Administração Municipal, ainda que disso resulte aumento de despesas para o Executivo, mesmo porque as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas em 'numerus clausus' no artigo 61 da Constituição Federal, referindo-se apenas às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública. (Ação Direta de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

*Inconstitucionalidade nº 1.0000.08.476253-3/000 - Comarca de Iturama -
Requerente: Prefeito Municipal de Iturama - Requerida: Câmara Municipal
de Iturama - Relator: Des. José Antonino Baía Borges.)*

Destarte, pelo fato de o tema objeto do projeto de lei em análise não se encontrar expressamente contemplado entre aqueles a serem tratados por lei de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º da Constituição da República) ou do Governador do Estado de Minas (art. 66, III da Constituição Mineira) e, por simetria, do Prefeito, não há inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa.

Por fim, quanto a matéria objeto do presente Projeto de Lei não identifique violação aos princípios e normas constitucionais.

Vale esclarecer que o novo parágrafo proposto ao art. 266 do Código de Posturas visa criar exceção à proibição de instalação e manutenção de engenho de publicidade, disposta no caput do referido artigo.

A alteração da redação do art. 267, visa assegurar que as determinações estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte - CDPCM-BH - para os locais a que se refere o inciso XIV do art. 266, em especial para os imóveis localizados na ADE Serra do Curral para os quais não haja diretriz específica de proteção, devem se restringir à análise de obstrução de visadas de referenciais simbólicos.

Por fim, a nova redação proposta para o art. 282-A visa reduzir a burocracia pertinente ao licenciamento, autorizando a renovação automática das licenças de engenho de publicidade, desde que mantidas as condições do licenciamento original.

De tal modo, entendo pela constitucionalidade do Projeto de Lei n. 622/2023.

2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Quanto a este ponto, verifica-se que o Projeto está de acordo com o ordenamento jurídico e não apresenta qualquer violação à legislação vigente sobre o tema.

De tal modo, entendo pela legalidade do Projeto de Lei n. 622/2023.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade do Projeto de Lei n. 622/2023.

3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei n. 622/2023.

Belo Horizonte, 28 de junho de 2023.

Assinado de forma digital
por FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Dados: 2023.06.29 14:29:15
-03'00'

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ
RELATORA

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)**RELATÓRIO**▼ **RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001**

Data de verificação 29/06/2023 17:54:31 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ **Informações do arquivo**

Nome do arquivo Parecer PL 622-2023 codigo de posturas (engenho de publicidade) (1).pdf
Resumo SHA256 do arquivo e53d18ee2da7b752d91299c6e8e655a4f5d428240940a2d206b4acf33c12afe8
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ **BR Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:***198986**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR**

▼ **Informações da assinatura**

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 29/06/2023 17:29:15 UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ **Informações do assinante**

▶ **Caminho de certificação**

▶ **Atributos**

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 816 / 2019**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**
Para Redação Final

Em 06/06/2023,


Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlean Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 30 / 06 / 2023
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 816/19

Relatório

O Projeto de Lei nº 816/19, que “Institui a Política Municipal Cultura Viva e dá outras providências”, de autoria das vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Entre elas, cabe destacar as seguintes supressões em votação destacada:

- do art.3º;
- do parágrafo único do art.4º;
- dos incisos VI, VIII, IX, XI, XII e dos §§ 1º e 2º do art.5º;
- dos incisos I, II, IV, VI, VII, XI e XIII do art.6º;
- dos incisos IX, XXII e XXIV do art.7º;
- dos arts. 8º, 9º, 10, 11 e 12;
- dos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art.14;
- dos arts. 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28;
- dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 29;
- dos arts. 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38 e 39;

CMH DIRLEG-03/JUL/23-09:19:28-003728-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Diret	Fl.


- da Seção I - Dos chamamentos públicos, o que fez com que a Seção II - Monitoramento e controle de resultados passasse a ser classificada como Seção única - Monitoramento e controle de resultados;

- A consequente renumeração dos artigos após o art. 2º do projeto, em decorrência das supressões acima elencadas.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 816/19.

Belo Horizonte, 30 / 06 / 23


RELATOR



PROJETO DE LEI Nº 816/19

Institui a Política Municipal Cultura Viva

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica instituída a Política Municipal Cultura Viva - PMCV, que se consolida como política pública de base comunitária, territorial e/ou temático-identitária, favorecendo o exercício da cidadania pelos diversos indivíduos, grupos e segmentos sociais, entendendo o acesso à cultura como uma das condições fundamentais para o desenvolvimento humano, social e econômico sustentável.

Art. 2º - A PMCV tem como objetivos reconhecer e garantir, por meio de ações de articulação, de participação cidadã e de fomento, a autonomia das entidades, dos grupos, dos coletivos, das redes e dos agentes culturais que desenvolvam ações em territórios, comunidades, campos identitários e/ou temáticos; bem como promover a reflexão crítica e o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas por meio da cultura, da arte, das manifestações tradicionais e de ações transversais que dialoguem de forma sistemática com a cultura.

Art. 3º - A PMCV se dará em consonância com as Políticas Nacional e Estadual Cultura Viva, instituídas pela Lei Federal nº 13.018, de 22 de julho de 2014, e pela Lei Estadual nº 22.944, de 15 de janeiro de 2018, respectivamente, e com o Plano Municipal de Cultura, instituído pela Lei Municipal nº 10.854, de 16 de outubro de 2015.

Art. 4º - Para os efeitos desta lei, considera-se:

I - Entidade Cultural: pessoa jurídica de direito privado que desenvolva e/ou articule atividades culturais em suas comunidades, ainda que constituída com finalidade diversa das ações culturais;

II - Grupo Cultural: coletivo, rede ou movimento sociocultural sem constituição jurídica que desenvolva e/ou articule atividades culturais em suas comunidades;

III - Agente Cultura Viva: pessoa física que atua de forma isolada ou coletivamente, desenvolvendo ações continuadas e permanentes de cultura e/ou em interlocução com a cultura e áreas afins, com o propósito de beneficiar sua comunidade, por meio de referência territorial e/ou temática, e que seja efetivamente reconhecida por beneficiários, lideranças e entidades comunitárias por sua atuação de interesse da PMCV, certificada como tal pela Secretaria Municipal de Cultura - SMC;



IV - Ponto de Cultura: entidade ou grupo cultural com atuação no Município que desenvolva e/ou articule atividades culturais em suas comunidades, territoriais e/ou temáticas, de interesse da PMCV, certificado como tal pela SMC ou pelos órgãos gestores das Políticas Estadual e Federal Cultura Viva;

V - Pontão de Cultura: entidade ou grupo cultural com atuação no Município, certificado como Ponto de Cultura pela SMC ou pelos órgãos gestores das Políticas Estadual e Federal Cultura Viva, que necessariamente desenvolva e/ou articule atividades culturais com, no mínimo, 3 (três) outros Pontos de Cultura agrupados por critério regional, identitário ou temático, objetivando o fortalecimento da Rede Municipal Cultura Viva - RMCV - nos campos de criação, mobilização, fruição, formação, produção, serviços, difusão e distribuição de ideias, ações e produtos culturais e educativos;

VI - Certificação: titulação concedida pela SMC, nos termos desta lei, a pessoa física, a entidade ou a grupo cultural com o objetivo de reconhecê-los como Agentes Cultura Viva e Pontos de Cultura;

VII - Rede Municipal Cultura Viva - RMCV: conjunto da sociedade civil constituído por pessoas físicas, entidades, cooperativas, grupos culturais e instituições parceiras que possuam ou não certificação como Agente Cultura Viva, Ponto ou Pontão de Cultura, com atuação solidária e de cooperação em rede de bens, serviços, tecnologias e conhecimentos no âmbito do Município;

VIII - Termo de Compromisso Cultural - TCC: instrumento jurídico que estabelece vínculo de fomento financeiro entre o Município e Agentes Cultura Viva, Pontos e Pontões de Cultura devidamente selecionados em edital público, com o objetivo de executar ações da Política Municipal Cultura Viva.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS E DOS EIXOS ESTRUTURANTES

Art. 5º - São objetivos específicos da PMCV:

I - garantir o pleno exercício dos direitos culturais, disponibilizando aos entes integrados à RMCV os meios e insumos necessários para produzir, registrar, gerir e difundir suas práticas e iniciativas culturais;

II - promover uma gestão pública participativa, amparada em mecanismos democráticos de diálogo e de construção coletiva dos programas e das ações da PMCV junto à RMCV;

III - promover o acesso da RMCV aos meios de criação, formação, fruição, produção, difusão e distribuição cultural;

IV - potencializar iniciativas culturais, visando ao fortalecimento de princípios democráticos e de direitos humanos com articulações prioritárias com as políticas



municipais de direitos humanos, juventude, educação, saúde, assistência social, segurança pública, trabalho e renda, entre outras;

V - incentivar a formação de agentes públicos e privados, assim como de coletivos, grupos e membros de entidades culturais, no que concerne à oferta de cursos e ações de formação artística nas mais diferentes linguagens, assim como no campo da gestão cultural e, ainda, de atividades formativas, de capacitação e articulação de redes de agentes culturais;

VI - fortalecer e proteger as manifestações das culturas populares, assim como das culturas tradicionais, seus mestres, griôs, saberes e fazeres;

VII - favorecer o uso e a ocupação dos espaços públicos e dos territórios tradicionais para ações da RMCV.

Art. 6º - São eixos estruturantes da PMCV para o desenvolvimento de políticas públicas integradas e à produção da interculturalidade:

I - cultura e educação;

II - cultura e saúde;

III - cultura e trabalho;

IV - cultura e segurança pública;

V - cultura e esporte;

VI - cultura, cidadania e direitos humanos;

VII - cultura e direitos da infância, da adolescência, da juventude e da pessoa idosa;

VIII - cultura e direitos da mulher;

IX - cultura e direitos da pessoa com deficiência;

X - cultura, agroecologia, direito à natureza e ao bem viver;

XI - cultura e direito à cidade;

XII - cultura, direito à comunicação e mídia democrática;

XIII - cultura e tecnologia;

XIV - cultura e economias solidária e popular;

XV - cultura e soberania alimentar;



XVI - cultura e conhecimento tradicional;

XVII - cultura e religiosidade;

XVIII - cultura, memória e patrimônio cultural;

XIX - cultura e carnaval;

XX - cultura e artesanato;

XXI - cultura e direitos de povos e comunidades rurais, afrodescendentes, quilombolas, povos de terreiro, indígenas, ciganos e circenses, entre outros.

CAPÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA, DOS PROCEDIMENTOS DE CADASTRO E DA CERTIFICAÇÃO

Art. 7º - O ingresso no Cadastro Municipal Cultura Viva não garante, por si só, o acesso a recursos públicos.

CAPÍTULO IV

DO REGIME JURÍDICO DE FOMENTO DA CULTURA VIVA

Art. 8º - As ações de fomento da PMCV seguirão regime jurídico simplificado, denominado Regime Jurídico de Fomento da Cultura Viva, conforme o disposto neste capítulo, e os procedimentos definidos em ato normativo regulamentar, editado pela SMC.

Art. 9º - São modalidades do regime jurídico de fomento da Cultura Viva:

I - apoio direto para produção artística e cultural;

II - proteção do patrimônio cultural material e imaterial;

III - premiação de pessoa física, grupo cultural ou entidade;

IV - estímulo à formação e à pesquisa artística e cultural;

V - modalidade de promoção, difusão e intercâmbio cultural;

VI - contratação de serviços ou aquisição de bens de natureza artística e cultural;

VII - ocupação de equipamentos culturais.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Seção única

Monitoramento e controle de resultados

Art. 10 - O beneficiário de recursos públicos de fomento da PMCV deve prestar contas à administração pública por meio de uma das seguintes categorias:

- I - prestação de informações *in loco*;
- II - prestação de informações em relatório de execução do objeto;
- III - prestação de informações em relatório de execução financeira.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÃO FINAL

Art. 11 - Fica assegurado o apoio da SMC, no âmbito da PMCV, à realização de bienal do Fórum Municipal Cultura Viva, espaço de organização política e intercâmbio artístico da RMCV.

Belo Horizonte, 30 / 06 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 537 / 23**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**
Para Redação Final

Em 21/06/2023,

Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 30 / 06 / 202347

Presidenta/Presidente da COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 537/23

Relatório

O Projeto de Lei nº 537/23, que “Cria o Protocolo Mulheres Seguras com um conjunto de ações para que espaços públicos e privados de lazer saibam como agir para detectar situações de agressão sexual e o procedimento de ação face aos casos que ocorram em suas dependências”, de autoria das vereadoras Cida Falabella, Iza Lourença, Janaina Cardoso, Loíde Gonçalves, Marcela Trópia, Marilda Portela, Professora Marli e dos vereadores Bruno Miranda, Bruno Pedralva, Cláudio do Mundo Novo, Cleiton Xavier, Gabriel, Gilson Guimarães, Helinho da Farmácia, Irlan Melo, Jorge Santos, José Ferreira, Miltinho CGE, Pedro Patrus, Professor Juliano Lopes, Rubão, Wagner Ferreira e Wanderley Porto, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 537/23.

Belo Horizonte, 30 / 06 / 23

RELATOR

CMBH_DIRLEG-03/JUL/23-09:18:58-003727-1



PROJETO DE LEI Nº 537/23

Cria o Protocolo Mulheres Seguras no Município.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica criado o Protocolo Mulheres Seguras, com o objetivo de prevenir, coibir e identificar atos que atentem contra a dignidade sexual da mulher em locais de lazer e outros estabelecimentos públicos ou privados destinados ao entretenimento, vedados pelo Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, pela Lei Federal nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e pela Convenção de Belém do Pará.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, consideram-se locais de lazer e outros estabelecimentos destinados ao entretenimento:

I - bares;

II - boates e clubes noturnos;

III - casas de eventos e espetáculos;

IV - restaurantes;

V - hotéis;

VI - outros espaços destinados, ainda que provisória e temporariamente, à realização de eventos de lazer e entretenimento, como shows, festivais ou outros eventos semelhantes.

Parágrafo único - O protocolo de que trata esta lei será de adesão facultativa e terá como objetivo reservar às pessoas responsáveis e que trabalham em espaços de lazer o papel ativo de identificar situações de risco à integridade de usuários e garantir os devidos cuidados às vítimas de agressão sexual.

Art. 3º - O protocolo de que trata esta lei terá como princípios a celeridade, o conforto, o respeito, a dignidade, a honra e a preservação da intimidade da vítima.

Parágrafo único - O protocolo de que trata esta lei terá como prioridade o melhor atendimento à vítima, com a finalidade de preservar sua dignidade, saúde e integridade física e psicológica.

Art. 4º - É direito da mulher vítima de assédio ou violência sexual:

I - ter respeitadas suas decisões;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

II - ser prontamente atendida por funcionárias e funcionários do estabelecimento para relatar a agressão, resguardar provas ou qualquer evidência que possa servir para a responsabilização do agressor;

III - ser acompanhada por pessoa de sua escolha;

IV - ser imediatamente protegida do agressor;

V - acionar os órgãos de segurança pública competentes com auxílio do estabelecimento;

VI - ser atendida sem preconceito.

Art. 5º - São deveres dos estabelecimentos a que se refere esta lei:

I - manter funcionários e funcionárias capacitados e treinados para agir em caso de denúncia de violência ou assédio contra a mulher;

II - disponibilizar recursos para que a denunciante possa se dirigir a órgãos de segurança pública, serviços de assistência social, atendimento médico ou mesmo para o regresso seguro ao lar;

III - preservar as filmagens que tenham flagrado a violência, quando houver, para disponibilizar aos órgãos de segurança pública competentes;

IV - criar código próprio para que a mulher e outras pessoas possam alertar as funcionárias e os funcionários sobre a situação de violência para que possam tomar as providências necessárias sem o conhecimento do agressor;

V - manter, em locais visíveis, nas áreas principais e nos sanitários, informações sobre o protocolo de que trata esta lei, com telefones e outras informações de acesso imediato pela vítima;

VI - manter um ambiente onde a denunciante possa ficar protegida e afastada, inclusive visualmente, do agressor;

VII - conduzir a denunciante a local tranquilo e procurar amigos presentes no local para que possam acompanhá-la;

VIII - preservar qualquer prova que possa contribuir para a identificação e responsabilização do agressor.

Art. 6º - Ocorrida a denúncia, a equipe do estabelecimento deverá agir imediatamente para:

I - ouvir, confortar e respeitar a decisão da denunciante;

II - afastar a vítima do agressor ou agressores;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

III - procurar outros acompanhantes da denunciante e encaminhá-los para o local protegido onde a denunciante estiver;

IV - garantir e viabilizar os direitos da denunciante previstos no art. 3º desta lei, de acordo com a vontade da denunciante;

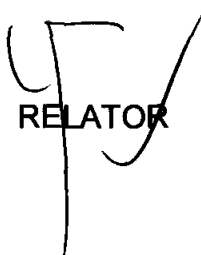
V - preservar as eventuais e potenciais provas ou evidências da violência cometida;

VI - adotar outras medidas que julgar cabíveis para preservar a dignidade da denunciante.

Art. 7º - Os responsáveis pelos espaços de lazer a que se refere esta lei que aderirem ao Protocolo Mulheres Seguras deverão averiguar se a propriedade possui áreas escuras e desertas que facilitem a vulnerabilidade de seus usuários e, em caso positivo, adotar estratégias para que tais áreas fiquem mais seguras como, por exemplo, a instalação de câmeras de segurança ou a presença de funcionários.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 30 / 06 / 23


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM TURNO ÚNICO - PROJETO DE LEI Nº 572/2023

VOTO DO RELATOR

1 - RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 572/2023 de autoria do nobre Vereador Uner Augusto, que " Dá o nome de Rua Cristeros à Rua Três, Bairro Maria Teresa, Regional Norte de Belo Horizonte ".

Nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno, foi o mesmo distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar o Projeto sob o aspecto jurídico e de mérito.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com os termos regimentais.

2- FUNDAMENTAÇÃO

Antes de adentrarmos na análise do Projeto propriamente dito, cumpre salientar que fora encaminhada proposta de diligência pela Comissão de Legislação e Justiça ao Poder Executivo, a fim de que o mesmo emitisse parecer acerca da existência de eventual impedimento à pretendida nomeação de próprio público, nos termos da Lei 9.691/2009.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA 30/06/23
HORA 11:52



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Nos termos da resposta constante às fls. 17-25 dos autos do Projeto, verifica-se que a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP informou: após consulta ao Plano de Obras do município e aos controles de acompanhamento de demandas da Gerência de Planejamento Integrado de Empreendimentos — GPLEM-SD e Gerência de Controle de Empreendimentos — GECEM-SD, não foram encontrados empreendimentos para o local em questão. Informa ainda que: o local em questão se encontra em área cujo zoneamento é Área de Especial Interesse Social 2 — AEIS-2. Assim, tendo em vista a diretriz acordada entre SMOBI, URBEL e SUDECAP, no que tange às intervenções localizadas em AEIS e ZEIS, sugerimos que a presente demanda seja encaminhada à URBEL

Em resposta a URBEL informou que: não vê objeção ao referido projeto, mas sugerimos interface junto à comunidade para confirmação da nova nomenclatura da rua. Como a rua não é aprovada em Cadastro de Planta de Parcelamento do Solo (CP) a Prodalle, deverá posteriormente ser acionada para, informalmente, ser inserido na base do Município o nome a ser adotado.

Já a Secretaria Municipal de Política Urbana - SMPU conclui que e não há impedimento para a adoção do nome de "Cristeros à Praça Três, Bairro Maria Teresa, Regional Norte de Belo Horizonte".

Por último a SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA - SUALOG informou: a Rua Três, cód logradouro 305234, não está oficializada em planta de parcelamento do solo aprovada e não há documento que comprove que o terreno é integrante do patrimônio público.

2.1 - DA CONSTITUCIONALIDADE

Nesse tópico, analisaremos se o presente Projeto está em conformidade com as normas e as leis do ordenamento jurídico pátrio.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A chamada inconstitucionalidade por ação (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma compatibilidade vertical das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (normas inferiores) com a Constituição (norma superior), pode se dar sob dois aspectos, formal e material.

A inconstitucionalidade formal refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A inconstitucionalidade material ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal e no que diz respeito aos municípios, temos o seguinte:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que cabe aos municípios, legislar de maneira concorrente sobre o tema em questão.

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º -Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

Assim, semelhantemente em nível Estadual, é outorgado aos municípios a competência para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Já no art. 2º da nossa Carta Magna está consagrado o princípio da separação dos poderes:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Tal entendimento também é ratificado pelos arts. 6º e 173, 6º da Constituição do Estado de Minas Gerais:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Art. 173 - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva ou privativa delimitada expressamente pela Constituição Federal.

Tendo em vista tais disposições e em análise ao conteúdo do Projeto de Lei 572/2023, verifica-se que o mesmo não adentra em matéria de competência privativa do Executivo.

Assim, por não violar a competência dos demais entes federativos, conforme se depreende da leitura dos dispositivos constitucionais, atendendo, dessa forma, a observância ao aspecto relacionado a competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei 572/2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2.2 – DA LEGALIDADE

Para que a lei seja considerada como norma legal, a mesma deve possuir determinadas características/atributos, quais sejam para o caso em espécie, a novidade e a generalidade. Isso porque o PL 572/2023, inova, ao pretender a outorga de novo nome ao próprio público e é dotado de generalidade, pois suas disposições valem para qualquer um, sem distinção de qualquer natureza entre os indivíduos para os quais se destina.

Pela legalidade, os atos legislativos devem estar em acordo com as leis vigentes, ser adequados as mesmas e devem ser verticalmente congruentes ao arcabouço legal nos níveis federal e estadual (Minas Gerais). Assim, além de estar em sintonia com as legislações superiores, temos que o PL 572/2023 está em sintonia com os arts. 7º e 11 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH:

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:

II - legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.

Porém, quanto a conformidade com a Lei 9.691/09, o PL 572/23 não respeita as determinações constantes na mesma, tendo em vista que a diligência informa que a rua não é aprovada em Cadastro de Planta de Parcelamento do Solo e não há documento que comprove que o terreno é integrante do patrimônio público, contrariando o que determina o Art. 4 da referida lei.

De tal modo, entendo pela **ilegalidade** do Projeto de Lei n. 572/2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela **regimentalidade** do Projeto de Lei n. 572/2023.

2.4 – DO MÉRITO

Conforme disposto no art. 52, I, b, do Regimento Interno, é da competência desta Comissão que seja analisado o mérito dos projetos de lei que disponham sobre "denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas", tornando este parecer conclusivo.

Quando um logradouro público não possui nome, atrapalha a vida da população que ali habita, trabalha ou por ali transita. Em função da popularização dos geolocalizadores (GPS), reforçada pela demanda criada pelo e-commerce, pelos aplicativos de entregas e caronas, o nome da rua é imprescindível para a vida cotidiana do cidadão e sua dignidade

Quanto a análise de mérito segue pautada nos princípios e valores baseados na economicidade e racionalidade legislativas.

Reconhecemos a importância que pretende dar nome para uma via que não possui denominação, mas apenas identificação numérica, porém, em face do retorno dado ao pedido de diligência que informa que a rua não é aprovada em Cadastro de Planta de Parcelamento do Solo e não há documento que comprove que o terreno é integrante do patrimônio público, temos flagrante ilegalidade da



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

proposta e por isso manifesto pela **rejeição** do Projeto de Lei 588/2022.

3- CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesto pela **antijuridicidade** do Projeto de Lei 572/2023, apresentando parecer pela **rejeição** do projeto.

Belo Horizonte, 29 de junho de 2023

RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:
49531867
615

Assinado de
forma digital
por RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:49531
867615
Dados:
2023.06.30
11:50:40 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio

Relator

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 30/06/2023 14:56:24 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer PL 572.2023.pdf
Resumo SHA256 do arquivo 54295fec3402f57d8709fa9d10dbcaaca136ab9
f48f6d6effd7ac1443bf6027b
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=RAMON BAPTISTA BIBIANO:***318676**,
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC
SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão
(ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 30/06/2023 14:50:40 UTC
Status dos atributos Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM TURNO ÚNICO - PROJETO DE LEI Nº 574/2023

VOTO DO RELATOR

1 - RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 574/2023 de autoria do nobre Vereador Uner Augusto, que " Dá o nome de Rua Dom Javier Echevarría à Rua Quatro, Bairro Nova Gameleira, região Oeste de Belo Horizonte ".

Nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno, foi o mesmo distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar o Projeto sob o aspecto jurídico e de mérito.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com os termos regimentais.

2- FUNDAMENTAÇÃO

Antes de adentrarmos na análise do Projeto propriamente dito, cumpre salientar que fora encaminhada proposta de diligência pela Comissão de Legislação e Justiça ao Poder Executivo, a fim de que o mesmo emitisse parecer acerca da existência de eventual impedimento à pretendida nomeação de próprio público, nos termos da Lei 9.691/2009.

Nos termos da resposta constante às fls. 17-24 dos autos do Projeto, verifica-se que a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP informou:

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA 30/06/23
HORA 12:36



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

após consulta ao Plano de Obras do município e aos controles de acompanhamento de demandas da Gerência de Planejamento Integrado de Empreendimentos — GPLEM-SD e Gerência de Controle de Empreendimentos — GECEM-SD, foi identificado o empreendimento 0-S-MOB-20-2995, Rua Tupã - Ligação Viária com Avenida Teresa Cristina, cujo escopo é "Elaboração de estudo e projeto para interligação da Rua Tupã com a Avenida Teresa Cristina", e status "Aprovado"

Já a Secretaria Municipal de Política Urbana - SMPU conclui que não há impedimento para a adoção do nome de "Dom Javier Echevarria à Rua Quatro, Bairro Nova Gameleira, Região Oeste de Belo Horizonte"

Por último a SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA - SUALOG informou: a Rua Quatro, bairro Nova Gameleira, código de logradouro 303610 é de propriedade do Município.

2.1 - DA CONSTITUCIONALIDADE

Nesse tópico, analisaremos se o presente Projeto está em conformidade com as normas e as leis do ordenamento jurídico pátrio.

A chamada inconstitucionalidade por ação (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma compatibilidade vertical das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (normas inferiores) com a Constituição (norma superior), pode se dar sob dois aspectos, formal e material.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A inconstitucionalidade formal refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A inconstitucionalidade material ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal e no que diz respeito aos municípios, temos o seguinte:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que cabe aos municípios, legislar de maneira concorrente sobre o tema em questão.

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

§ 2º -Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

Assim, semelhantemente em nível Estadual, é outorgado aos municípios a competência para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Já no art. 2º da nossa Carta Magna está consagrado o princípio da separação dos poderes:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Tal entendimento também é ratificado pelos arts. 6º e 173, 6º da Constituição do Estado de Minas Gerais:

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Art. 173 - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva ou privativa delimitada expressamente pela Constituição Federal.

Tendo em vista tais disposições e em análise ao conteúdo do Projeto de Lei 574/2023, verifica-se que o mesmo não adentra em matéria de competência privativa do Executivo.

Assim, por não violar a competência dos demais entes federativos, conforme se depreende da leitura dos dispositivos constitucionais, atendendo, dessa forma, a observância ao aspecto relacionado a competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei 574/2023.

2.2 – DA LEGALIDADE

Para que a lei seja considerada como norma legal, a mesma deve possuir determinadas características/atributos, quais sejam para o caso em espécie, a novidade e a generalidade. Isso porque o PL 574/2023, inova, ao pretender a outorga de novo nome ao próprio público e é dotado de generalidade, pois suas disposições valem para qualquer um, sem distinção de qualquer natureza entre os indivíduos para os quais se destina.

Pela legalidade, os atos legislativos devem estar em acordo com as leis vigentes, ser adequados as mesmas e devem ser verticalmente congruentes ao arcabouço legal nos níveis federal e estadual (Minas Gerais). Assim, além de estar em sintonia com as legislações superiores, temos que o PL 574/2023 está em



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

sintonia com os arts. 7º e 11 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH:

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:

II - legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.

Assim, temos que em conformidade com a Lei 9.691/09, o PL 574/23 respeita as determinações constantes na mesma, tendo em vista que o mesmo foi instruído em conformidade com o art. 24 e, também, não contraria os impedimentos previstos nos artigos 21, 22 e especialmente nos arts. 29 e 30 da Lei:

Os princípios jurídicos ou princípios gerais de direito são axiomas normativos de valor genérico que orientam a compreensão do ordenamento jurídico, para sua aplicação, integração e para a criação de novas normas.

Os ramos do Direito possuem princípios específicos que os caracterizam, os quais, portanto, devem ser observados pelas proposições legislativas.

No que concerne a matéria tratada pelo Projeto de Lei 574/2023, verifica-se que o mesmo respeita os princípios jurídicos, dentre os quais destacamos o da impessoalidade, que estabelece o dever de imparcialidade no trato do interesse público, impedindo discriminações e privilégios indevidamente dispensados a particulares no exercício da função administrativa, evidenciado por se tratar de homenagem a pessoa falecida.

Embora a resposta da Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP tenha sido no sentido de que foi identificado empreendimento para o local, sabe-se, com base no art. 4º da Lei 9691 de 2009, que o referido art. 4º não apresenta um rol aditivo, mas sim alternativo. Veja:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Art. 4º - É logradouro oficial aquele que atenda a pelo menos uma das seguintes condições: (grifo nosso)

- I - estar oficializado em planta de parcelamento do solo aprovada;
- II - constituir terreno integrante do patrimônio público;
- III - ter sido implantado pelo poder público. (GN)."

Tendo em vista o exposto, a rua em questão preenche os demais requisitos previstos no art. 4º, conforme resposta emitida pelo próprio Secretário Municipal Adjunto de Fazenda, no Ofício Interno SUALOG /DALE-GP/223— 2023, que afirma que "Em atenção ao ticket referenciado, informamos que a Rua Quatro, bairro Nova Gameleira, código de logradouro 303610 é de propriedade do Município. "

De tal modo, entendo pela **legalidade** do Projeto de Lei n. 574/2023.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela **regimentalidade** do Projeto de Lei n. 574/2023.

2.4 – DO MÉRITO

Conforme disposto no art. 52, I, b, do Regimento Interno, é da competência desta Comissão que seja analisado o mérito dos projetos de lei que disponham sobre "denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas", tornando este parecer conclusivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Quando um logradouro publico não possui nome, atrapalha a vida da população que ali habita, trabalha ou por ali transita. Em função da popularização dos geolocalizadores (GPS), reforçada pela demanda criada pelo e-commerce, pelos aplicativos de entregas e caronas, o nome da rua é imprescindível para a vida cotidiana do cidadão e sua dignidade

Quanto a análise de mérito segue pautada nos princípios e valores baseados na economicidade e racionalidade legislativas, no mérito, reconhecemos a importância que pretende dar nome para uma via que não possui denominação, mas apenas identificação numérica.

Dito isto, no que diz respeito ao exame do mérito, opino pela **aprovação** do Projeto de Lei 574/2022.

3- CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesto pela **constitucionalidade, legalidade, e regimentalidade** do Projeto de Lei 574/2023, apresentando parecer pela **aprovação** ao projeto.

Belo Horizonte, 30 de junho de 2023

RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:
49531867
615

Assinado de
forma digital por
RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:495318
67615
Dados:
2023.06.30
12:34:17 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio

Relator

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação	30/06/2023 15:36:44 UTC
Versão do software	2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	Parecer PL 574.2023.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	49c094bd53c67939b05834d4ec62af9023a4741a88bfc97071a3d2119adc0216
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1

▼ BR Assinatura por CN=RAMON BAPTISTA BIBIANO:***318676**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	30/06/2023 15:34:17 UTC
Status dos atributos	Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

[AVALIE ESTE SERVIÇO](#)[EXPANDIR ELEMENTOS](#)Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM TURNO ÚNICO - PROJETO DE LEI Nº 582/2023

VOTO DO RELATOR

1 - RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 582/2023 de autoria do nobre Vereador Uner Augusto, que " Dá o nome de Rua Mário Ferreira dos Santos à Rua F, Bairro Novo Tupi, Regional Norte de Belo Horizonte".

Nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno, foi o mesmo distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar o Projeto sob o aspecto jurídico e de mérito.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com os termos regimentais.

2- FUNDAMENTAÇÃO

Antes de adentrarmos na análise do Projeto propriamente dito, cumpre salientar que fora encaminhada proposta de diligência pela Comissão de Legislação e Justiça ao Poder Executivo, a fim de que o mesmo emitisse parecer acerca da existência de eventual impedimento à pretendida nomeação de próprio público, nos termos da Lei 9.691/2009.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Nos termos da resposta constante às fls. 19-26 dos autos do Projeto, verifica-se que a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP informou: que, após consulta ao Plano de Obras do município e aos controles de acompanhamento de demandas da Gerência de Planejamento Integrado de Empreendimentos — GPLEM-SD e Gerência de Controle de Empreendimentos — GECEM-SD, não foram encontrados empreendimentos para o local em questão.

Já a Secretaria Municipal de Política Urbana - SMPU informou que não há impedimento para a adoção do nome de "Mário Ferreira dos Santos à Rua F, Bairro Novo Tupi, Regional Norte de Belo Horizonte.

Por último a SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA - SUALOG informou: o logradouro é aprovado por meio do CP.265-043-A, do Bairro Tupi, com a denominação de Rua 1305, ao passo que o mesmo se encontra devidamente cadastrado pela Prodabel sob o código de logradouro 303645 com a denominação de Rua F, sendo de propriedade do Município

2.1 - DA CONSTITUCIONALIDADE

Nesse tópico, analisaremos se o presente Projeto está em conformidade com as normas e as leis do ordenamento jurídico pátrio.

A chamada inconstitucionalidade por ação (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma compatibilidade vertical das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A incompatibilidade das Leis Municipais (normas inferiores) com a Constituição (norma superior), pode se dar sob dois aspectos, formal e material.

A inconstitucionalidade formal refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A inconstitucionalidade material ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal e no que diz respeito aos municípios, temos o seguinte:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que cabe aos municípios, legislar de maneira concorrente sobre o tema em questão.

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º -Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

Assim, semelhantemente em nível Estadual, é outorgado aos municípios a competência para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Já no art. 2º da nossa Carta Magna está consagrado o princípio da separação dos poderes:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Tal entendimento também é ratificado pelos arts. 6º e 173, 6º da Constituição do Estado de Minas Gerais:

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Art. 173 - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

§ 1º - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva ou privativa delimitada expressamente pela Constituição Federal.

Tendo em vista tais disposições e em análise ao conteúdo do Projeto de Lei 582/2023, verifica-se que o mesmo não adentra em matéria de competência privativa do Executivo.

Assim, por não violar a competência dos demais entes federativos, conforme se depreende da leitura dos dispositivos constitucionais, atendendo, dessa forma, a observância ao aspecto relacionado a competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei 582/2023.

2.2 – DA LEGALIDADE

Para que a lei seja considerada como norma legal, a mesma deve possuir determinadas características/atributos, quais sejam para o caso em espécie, a novidade e a generalidade. Isso porque o PL 582/2023, inova, ao pretender a outorga de novo nome ao próprio público e é dotado de generalidade, pois suas disposições valem para qualquer um, sem distinção de qualquer natureza entre os indivíduos para os quais se destina.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pela legalidade, os atos legislativos devem estar em acordo com as leis vigentes, ser adequados as mesmas e devem ser verticalmente congruentes ao arcabouço legal nos níveis federal e estadual (Minas Gerais). Assim, além de estar em sintonia com as legislações superiores, temos que o PL 582/2023 está em sintonia com os arts. 7º e 11 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH:

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:

II - legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.

Assim, temos que em conformidade com a Lei 9.691/09, o PL 582/23 respeita as determinações constantes na mesma, tendo em vista que o mesmo foi instruído em conformidade com o art. 24 e, também, não contraria os impedimentos previstos nos artigos 21, 22 e especialmente nos arts. 29 e 30 da Lei:

Os princípios jurídicos ou princípios gerais de direito são axiomas normativos de valor genérico que orientam a compreensão do ordenamento jurídico, para sua aplicação, integração e para a criação de novas normas.

Os ramos do Direito possuem princípios específicos que os caracterizam, os quais, portanto, devem ser observados pelas proposições legislativas.

No que concerne a matéria tratada pelo Projeto de Lei 582/2023, verifica-se que o mesmo respeita os princípios jurídicos, dentre os quais destacamos o da impessoalidade, que estabelece o dever de imparcialidade no trato do interesse público, impedindo discriminações e privilégios indevidamente dispensados a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

particulares no exercício da função administrativa, evidenciado por se tratar de homenagem a pessoa falecida.

De tal modo, entendo pela **legalidade** do Projeto de Lei n. 582/2023.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela **regimentalidade** do Projeto de Lei n. 582/2023.

2.4 – DO MÉRITO

Conforme disposto no art. 52, I, b, do Regimento Interno, é da competência desta Comissão que seja analisado o mérito dos projetos de lei que disponham sobre "denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas", tornando este parecer conclusivo.

Quando um logradouro público não possui nome, atrapalha a vida da população que ali habita, trabalha ou por ali transita. Em função da popularização dos geolocalizadores (GPS), reforçada pela demanda criada pelo e-commerce, pelos aplicativos de entregas e caronas, o nome da rua é imprescindível para a vida cotidiana do cidadão e sua dignidade

Quanto a análise de mérito segue pautada nos princípios e valores baseados na economicidade e racionalidade legislativas, no mérito, reconhecemos a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

importância que pretende dar nome para uma via que não possui denominação, mas apenas identificação numérica.

Dito isto, no que diz respeito ao exame do mérito, opino pela **aprovação** do Projeto de Lei 582/2022.

3- CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesto pela **constitucionalidade, legalidade, e regimentalidade** do Projeto de Lei 582/2023, apresentando parecer pela **aprovação** do projeto.

Belo Horizonte, 29 de junho de 2023

RAMON
BAPTISTA
BIBIANO: 4953186
7615

Assinado de
forma digital
por RAMON
BAPTISTA
BIBIANO: 49531
867615
Dados:
2023.06.29
10:49:29 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio

Relator

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 29/06/2023 14:13:29 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer PL 582.2023.pdf
Resumo SHA256 do arquivo e9e93fe9d2eee42bfd5c8b5560d25f683ef65a55510d6098da87ed3d11bbc816
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=RAMON BAPTISTA BIBIANO:***318676**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 29/06/2023 13:49:29 UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 583 / 23**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**
Para Redação Final

Em 30/06/2023,


Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 30 / 06 / 2023
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 583/23

Relatório

O Projeto de Lei nº 583/23, que “Institui o plano de carreira dos ocupantes dos cargos efetivos da área de atividades da Cultura, concede reajustes remuneratórios e dá outras providências”, de autoria do Executivo, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.


Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 583/23.

Belo Horizonte, 30 / 06 / 23


RELATOR

CMBH_DIRLEG-03/JUL/23-07:13:38-003726-1



PROJETO DE LEI Nº 583/23

Institui o plano de carreira dos servidores públicos efetivos da área de atividades da Cultura, concede reajustes remuneratórios e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

CAPÍTULO I DA CARREIRA

Art. 1º - Esta lei institui o plano de carreira dos servidores públicos efetivos da área de atividades da Cultura.

Parágrafo único - O regime jurídico aplicável aos servidores públicos integrantes deste plano de carreira é o estatutário, previsto nesta lei, com vinculação ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Belo Horizonte - RPPS.

Art. 2º - Integram este plano de carreira os ocupantes dos cargos públicos efetivos da área de atividades da Cultura, vinculados ao quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Cultura - SMC - e da Fundação Municipal de Cultura - FMC.

Parágrafo único - Os cargos da área de atividades da Cultura e os seus respectivos quantitativos estão elencados no Anexo I desta lei.

Art. 3º - A descrição dos cargos que integram este plano de carreira está disposta no Anexo II desta lei, contendo a área de atuação, a habilitação, a jornada semanal de trabalho e as atribuições gerais.

§ 1º - As atividades específicas dos cargos de que trata esta lei serão regulamentadas em decreto, observados os limites das atribuições definidas no Anexo II desta lei.

§ 2º - A jornada semanal de trabalho dos cargos de que trata esta lei poderá ser cumprida em turnos diurnos e noturnos, assim como em finais de semana, conforme as especificidades das atividades e necessidades da área de atividades da Cultura, podendo ser adotado o sistema de plantão.

Art. 4º - Os cargos públicos efetivos que compõem este plano de carreira terão 15 (quinze) níveis, dispostos conforme a tabela de vencimento-base constante do Anexo III desta lei, cujos valores já se encontram reajustados em 5,93% (cinco vírgula noventa e três por cento) a partir de 1º de junho de 2023.

Art. 5º - O quadro de pessoal da área de atividades da Cultura será constituído por cargos de provimento efetivo, cuja investidura dependerá de prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, com posicionamento no nível inicial da tabela de vencimento-base.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

§ 1º - O edital de concurso público previsto no *caput* deste artigo conterá as seguintes informações, entre outras:

- I - o número de vagas ofertadas;
- II - as matérias sobre as quais versarão as provas e os respectivos programas;
- III - o desempenho mínimo exigido para aprovação nas provas;
- IV - os critérios de avaliação dos títulos, quando for o caso;
- V - o caráter eliminatório ou classificatório de cada etapa da seleção;
- VI - os requisitos para a inscrição, com exigência mínima de comprovação, pelo candidato, de estar no gozo dos direitos políticos e em dia com as obrigações militares;
- VII - a escolaridade mínima exigida para o ingresso na carreira;
- VIII - a carga horária de trabalho.

§ 2º - Concluído o concurso público a que se refere este artigo e homologado o resultado, a convocação dos candidatos aprovados obedecerá à ordem de classificação e ao prazo de validade do certame, que será contado a partir da data de homologação, respeitados os limites constitucionais.

Art. 6º - Os cargos efetivos de Técnico Cultural de Nível Médio e Técnico de Nível Médio terão mantida a mesma nomenclatura, sendo os quantitativos especificados no Anexo I desta lei.

CAPÍTULO II DA EVOLUÇÃO NA CARREIRA

Art. 7º - A evolução do servidor público de que trata esta lei na carreira ocorrerá mediante progressão profissional por merecimento e por escolaridade.

Art. 8º - Para os fins desta lei, progressão profissional é a evolução horizontal do servidor público para o nível de vencimento-base imediatamente superior àquele em que estiver posicionado na tabela constante do Anexo III desta lei.

Seção I Da progressão profissional por merecimento

Art. 9º - Para fazer jus à progressão profissional por merecimento, o servidor deverá atender aos seguintes requisitos:

- I - ter adquirido a estabilidade no cargo;
- II - ter completado 1.095 (mil e noventa e cinco) dias de efetivo exercício, observado o disposto no § 4º deste artigo;



III - ter sido submetido a avaliações de desempenho, nos termos de regulamento;

IV - encontrar-se em efetivo exercício na data em que cumprir os requisitos previstos nos incisos I a III do *caput* deste artigo.

§ 1º - Os critérios da avaliação de desempenho para fins de progressão serão definidos em regulamento, levando-se em consideração os seguintes parâmetros, entre outros:

I - comprometimento com o resultado;

II - trabalho em equipe;

III - capacidade de inovação, organização e adaptação;

IV - administração eficiente e planejada do tempo destinado ao trabalho.

§ 2º - Será descontado da contagem de tempo a que se refere o inciso II do *caput* deste artigo o ano em que o servidor tiver faltado ao serviço, injustificadamente, por mais de 5 (cinco) dias, consecutivos ou não.

§ 3º - Os efeitos decorrentes da obtenção da progressão profissional serão devidos a partir do primeiro dia subsequente ao cumprimento do prazo de que trata o inciso II do *caput* deste artigo, desde que a conclusão da avaliação de desempenho ocorra em momento posterior por inércia do Poder Executivo.

§ 4º - O servidor terá computados, para os fins de progressão profissional, os seguintes afastamentos:

I - férias regulamentares;

II - licença por assiduidade;

III - licença por motivo de gestação, lactação, adoção ou em razão de paternidade;

IV - licença decorrente de enfermidade grave, conforme rol definido em regulamento;

V - licença por motivo de acidente em serviço ou doença profissional;

VI - licença para tratamento de saúde, até o limite de 15 (quinze) dias corridos, consecutivos ou não, a cada ano;

VII - licença para acompanhar pessoa doente da família, no período remunerado;

VIII - participação em programa de desenvolvimento profissional promovido ou aprovado pelo Poder Executivo;

IX - missão ou estudo no exterior, desde que relacionado com as atribuições do cargo e autorizado o afastamento;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

X - concessões para doação de sangue, para atender a convocação judicial, para alistar-se como eleitor, em razão de falecimento de irmão, cônjuge, companheiro, pais ou filhos e em razão de casamento, conforme os prazos definidos no art. 171 da Lei nº 7.169, de 30 de agosto de 1996;

XI - cessão para órgãos ou entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo e do Poder Legislativo municipal;

XII - cessão para órgãos ou entidades da administração direta e indireta de outros poderes, quando expressamente previsto no ato de cessão, por interesse mútuo das partes;

XIII - exercício pelo servidor das atribuições de cargo público em comissão, função pública ou gratificada em órgão ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo;

XIV - convocação para participação no Tribunal do Júri e em outros serviços considerados obrigatórios por lei;

XV - licença para concorrer a cargo eletivo, nos prazos e condições estabelecidos em lei federal;

XVI - cumprimento de mandato sindical;

XVII - alistamento militar.

Art. 10 - O servidor fará jus à progressão profissional por merecimento, de maneira automática, ao nível superior imediato de seu plano de carreira na hipótese de o Poder Executivo não promover a avaliação de desempenho em até 6 (seis) meses após o cumprimento do prazo de que trata o inciso II do *caput* do art. 9º desta lei, sendo os efeitos decorrentes da referida progressão retroativos ao primeiro dia do mês subsequente ao cumprimento do requisito temporal.

Art. 11 - Perderá o direito à progressão profissional por merecimento o servidor que, no período aquisitivo:

I - sofrer punição disciplinar, transitada em julgado, em que seja:

a) suspenso, nos termos do art. 188-C da Lei nº 7.169/96;

b) exonerado ou destituído de cargo de provimento em comissão ou função gratificada que estiver exercendo;

II - afastar-se das funções específicas de seu cargo, excetuados os casos previstos como de efetivo exercício no § 4º do art. 9º desta lei.



Seção II

Da progressão profissional por escolaridade

Art. 12 - O servidor público que comprovar grau de escolaridade superior ou complementar ao exigido para o seu cargo efetivo e cujo conteúdo esteja diretamente relacionado às suas atribuições, conforme disposto em regulamento, poderá ascender na tabela de vencimento-base, observados os seguintes limites:

I - 2 (dois) níveis por conclusão de curso superior nas modalidades bacharelado, licenciatura e tecnólogo;

II - 1 (um) nível por conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu*, com duração igual ou superior a 360 (trezentas e sessenta) horas, ministrado por instituição de ensino reconhecida e autorizada pelo Ministério da Educação - MEC;

III - 2 (dois) níveis por conclusão de mestrado, com dissertação aprovada e relacionada às suas atribuições específicas;

IV - 2 (dois) níveis por conclusão de doutorado, com tese aprovada e relacionada às suas atribuições específicas.

Parágrafo único - Serão conferidos, em toda a carreira do servidor, no máximo 4 (quatro) níveis na tabela de vencimento-base decorrentes de progressão profissional por escolaridade.

Art. 13 - A progressão profissional por escolaridade também ficará condicionada aos seguintes requisitos:

I - ter adquirido estabilidade no seu cargo público efetivo;

II - estar em efetivo exercício;

III - apresentar documentação comprobatória da conclusão do curso que configure escolaridade adicional superior ou complementar, conforme regulamento.

§ 1º - Fica vedada, para fins de progressão profissional por escolaridade, a reapresentação de cursos já contemplados para a obtenção de progressão por escolaridade prevista em regulamento da área de atividades da Cultura.

§ 2º - Para o cômputo do limite de 4 (quatro) níveis estipulado para a progressão por escolaridade prevista no art. 12 desta lei, serão considerados os níveis já computados anteriormente, conforme regulamento da área de atividades da Cultura.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14 - Os servidores da área de atividades da Cultura serão posicionados no nível de vencimento-base cujo valor seja igual ou imediatamente superior ao atual, conforme o Anexo III desta lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Art. 15 - Em decorrência do posicionamento previsto no art. 14 desta lei, a contagem de tempo para fins de obtenção de progressão profissional por merecimento, iniciada no plano de carreira anterior, não será interrompida.

Art. 16 - Os servidores manterão a jornada de trabalho diária que lhes é atribuída no instante anterior a este plano de carreira, no mesmo nível de vencimento-base, assim como o seu grau de escolaridade, conforme o quadro constante do Anexo II desta lei.

Art. 17 - O servidor inativo aposentado e o pensionista serão enquadrados no nível de vencimento-base correspondente ao utilizado como referência de seu benefício previdenciário na data de entrada em vigor desta lei.

Parágrafo único - Serão mantidos todos os direitos e as vantagens já percebidos pelos servidores até a data de entrada em vigor desta lei.

Art. 18 - Os cargos públicos efetivos de Assistente Administrativo, Arquiteto, Engenheiro e Técnico de Nível Superior, originários da FMC, serão vinculados à administração direta, conforme disposto em legislação específica.

Art. 19 - Fica o Poder Executivo autorizado a ampliar o limite de crédito suplementar de que trata a Lei nº 11.442, de 29 de dezembro de 2022, no valor de R\$78.207,62 (setenta e oito mil duzentos e sete reais e sessenta e dois centavos) para atender ao disposto nesta lei, nos termos dos arts. 40 a 46 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 20 - Aplicam-se subsidiariamente a esta lei as disposições da Lei nº 7.169/96, que contém o Estatuto dos Servidores Públicos do Quadro Geral de Pessoal do Município de Belo Horizonte.

Art. 21 - Ficam revogados o art. 139 e o Anexo IV da Lei nº 9.011, de 1º de janeiro de 2005.

Art. 22 - Esta lei entra em vigor em 1º de junho de 2023.

Belo Horizonte, 30 / 06 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



ANEXO I
(a que se refere esta lei)

CARGOS PÚBLICOS EFETIVOS DA ÁREA DE ATIVIDADES DA CULTURA

Cargo	Quantitativo
Técnico Cultural de Nível Médio	28
Técnico de Nível Médio	18



ANEXO II (a que se refere esta lei)

DESCRIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS DA ÁREA DE ATIVIDADES DA CULTURA

Áreas de atuação: unidades da Fundação Municipal de Cultura, da Secretaria Municipal de Cultura e demais locais de interesse da municipalidade.

I - Técnico de Nível Médio:

Habilitação: ensino médio e curso técnico nas áreas definidas em edital.

Carga horária: 40 (quarenta) horas semanais.

Atribuição geral: executar atribuições e serviços técnicos e administrativos de apoio correspondentes à sua habilitação; colaborar na elaboração de laudos, relatórios, pareceres técnicos, estudos e pesquisas, subsidiando a análise técnica conforme orientação de seu gestor imediato; participar da execução de políticas, programas, ações e atividades correlatas; colaborar na elaboração de normas e procedimentos relacionados à sua habilitação.

II - Técnico Cultural de Nível Médio:

Habilitação: ensino médio, acrescida de:

a) Operação de Som e Luz: curso técnico na área de eletrotécnica, reconhecido pelo Ministério da Educação;

b) Produção Cultural, Fotografia e Cenotécnica: experiência mínima de 2 (dois) anos, conforme edital.

Jornada semanal: 40 (quarenta) horas semanais.

Atribuição geral: executar atribuições de apoio, operação de equipamentos, tecnologias e materiais e serviços técnicos e administrativos correspondentes à sua habilitação nas áreas específicas; elaborar laudos, estudos, relatórios, pesquisas, análises e pareceres técnicos; participar do planejamento e da execução de políticas, programas, projetos, processos, ações e atividades correlatas; colaborar na elaboração de normas e procedimentos relacionados com as atribuições da área de atividades da Cultura.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

ANEXO III (a que se refere esta lei)

TABELA DE VENCIMENTO-BASE

Tabela de vencimento-base dos servidores públicos efetivos integrantes do quadro de pessoal da área de atividades da Cultura, a partir de 1º de junho de 2023:

CARGOS	TABELA DE VENCIMENTOS-BASE														
	NÍVEL														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO	2.355,59	2.473,37	2.597,03	2.726,89	2.863,23	3.006,39	3.156,71	3.314,55	3.480,27	3.654,29	3.837,00	4.028,85	4.230,30	4.441,81	4.663,90
TÉCNICO CULTURAL DE NÍVEL MÉDIO	2.715,08	2.850,84	2.993,38	3.143,05	3.300,20	3.465,21	3.638,47	3.820,39	4.011,41	4.211,98	4.422,58	4.643,71	4.875,90	5.119,69	5.375,68



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM TURNO ÚNICO - PROJETO DE LEI Nº 588/2023

VOTO DO RELATOR

1 - RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 588/2023 de autoria do nobre Vereador Uner Augusto, que " Dá o nome de Avenida Plínio Correa de Oliveira à Avenida Um, no Bairro Califórnia, regional noroeste ".

Nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno, foi o mesmo distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar o Projeto sob o aspecto jurídico e de mérito.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com os termos regimentais.

2- FUNDAMENTAÇÃO

Antes de adentrarmos na análise do Projeto propriamente dito, cumpre salientar que fora encaminhada proposta de diligência pela Comissão de Legislação e Justiça ao Poder Executivo, a fim de que o mesmo emitisse parecer acerca da existência de eventual impedimento à pretendida nomeação de próprio público, nos termos da Lei 9.691/2009.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Nos termos da resposta constante às fls. 18-25 dos autos do Projeto, verifica-se que a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP informou: após consulta ao Plano de Obras do município e aos controles de acompanhamento de demandas da Gerência de Planejamento Integrado de Empreendimentos — GPLEM-SD e Gerência de Controle de Empreendimentos — GECEM-SD, não foram encontrados empreendimentos para o local em questão.

Já a Secretaria Municipal de Política Urbana - SMPU conclui que não há impedimento para a adoção do nome de "Plínio Corrêa de Oliveira à Avenida Um, no Bairro Califórnia, Regional Noroeste. Porém faz ressalva de que conforme nota técnica, há a necessidade de correção do texto, uma vez que CP significa código de planta de loteamento e que o código CTM do logradouro é a sequência de números (seis dígitos).

Por último a SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA - SUALOG informou: a Av. Um, bairro Califórnia, CP 252028A, cód de logradouro 302534 é de propriedade do Município de Belo Horizonte.

2.1 - DA CONSTITUCIONALIDADE

Nesse tópico, analisaremos se o presente Projeto está em conformidade com as normas e as leis do ordenamento jurídico pátrio.

A chamada inconstitucionalidade por ação (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma compatibilidade vertical das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A incompatibilidade das Leis Municipais (normas inferiores) com a Constituição (norma superior), pode se dar sob dois aspectos, formal e material.

A inconstitucionalidade formal refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A inconstitucionalidade material ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal e no que diz respeito aos municípios, temos o seguinte:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que cabe aos municípios, legislar de maneira concorrente sobre o tema em questão.

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º -Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

Assim, semelhantemente em nível Estadual, é outorgado aos municípios a competência para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Já no art. 2º da nossa Carta Magna está consagrado o princípio da separação dos poderes:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Tal entendimento também é ratificado pelos arts. 6º e 173, 6º da Constituição do Estado de Minas Gerais:

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Art. 173 - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

§ 1º - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva ou privativa delimitada expressamente pela Constituição Federal.

Tendo em vista tais disposições e em análise ao conteúdo do Projeto de Lei 588/2023, verifica-se que o mesmo não adentra em matéria de competência privativa do Executivo.

Assim, por não violar a competência dos demais entes federativos, conforme se depreende da leitura dos dispositivos constitucionais, atendendo, dessa forma, a observância ao aspecto relacionado a competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei 588/2023.

2.2 – DA LEGALIDADE

Para que a lei seja considerada como norma legal, a mesma deve possuir determinadas características/atributos, quais sejam para o caso em espécie, a novidade e a generalidade. Isso porque o PL 588/2023, inova, ao pretender a outorga de novo nome ao próprio público e é dotado de generalidade, pois suas disposições valem para qualquer um, sem distinção de qualquer natureza entre os indivíduos para os quais se destina.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pela legalidade, os atos legislativos devem estar em acordo com as leis vigentes, ser adequados as mesmas e devem ser verticalmente congruentes ao arcabouço legal nos níveis federal e estadual (Minas Gerais). Assim, além de estar em sintonia com as legislações superiores, temos que o PL 588/2023 está em sintonia com os arts. 7º e 11 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH:

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:

II - legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.

Assim, temos que em conformidade com a Lei 9.691/09, o PL 588/23 respeita as determinações constantes na mesma, tendo em vista que o mesmo foi instruído em conformidade com o art. 24 e, também, não contraria os impedimentos previstos nos artigos 21, 22 e especialmente nos arts. 29 e 30 da Lei:

Os princípios jurídicos ou princípios gerais de direito são axiomas normativos de valor genérico que orientam a compreensão do ordenamento jurídico, para sua aplicação, integração e para a criação de novas normas.

Os ramos do Direito possuem princípios específicos que os caracterizam, os quais, portanto, devem ser observados pelas proposições legislativas.

No que concerne a matéria tratada pelo Projeto de Lei 582/2023, verifica-se que o mesmo respeita os princípios jurídicos, dentre os quais destacamos o da impessoalidade, que estabelece o dever de imparcialidade no trato do interesse público, impedindo discriminações e privilégios indevidamente dispensados a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

particulares no exercício da função administrativa, evidenciado por se tratar de homenagem a pessoa falecida.

Verifica-se vício material conforme nota contida na sexta página da resposta à Proposta de Diligência ao Projeto de Lei 588/2023 – encaminhada pelo ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 821/2023 - razão pela qual apresento emenda substitutiva a fim de alterar a sigla "CP – Código de Planta de Loteamento" para "CTM – Cadastro Territorial Municipal", sanando, desta forma, o erro.

De tal modo, entendo pela **legalidade** do Projeto de Lei n. 588/2023 com **apresentação de emenda**.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela **regimentalidade** do Projeto de Lei n. 588/2023.

2.4 – DO MÉRITO

Conforme disposto no art. 52, I, b, do Regimento Interno, é da competência desta Comissão que seja analisado o mérito dos projetos de lei que disponham sobre "denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas", tornando este parecer conclusivo.

Quando um logradouro publico não possui nome, atrapalha a vida da população que ali habita, trabalha ou por ali transita. Em função da popularização



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

dos geolocalizadores (GPS), reforçada pela demanda criada pelo e-commerce, pelos aplicativos de entregas e caronas, o nome da rua é imprescindível para a vida cotidiana do cidadão e sua dignidade

Quanto a análise de mérito segue pautada nos princípios e valores baseados na economicidade e racionalidade legislativas, no mérito, reconhecemos a importância que pretende dar nome para uma via que não possui denominação, mas apenas identificação numérica.

Dito isto, no que diz respeito ao exame do mérito, opino pela **aprovação** do Projeto de Lei 588/2022.

3- CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesto pela **constitucionalidade, legalidade, e regimentalidade** do Projeto de Lei 588/2023, apresentando parecer pela **aprovação** do projeto, **com apresentação de emenda**.

Belo Horizonte, 29 de junho de 2023

RAMON
BAPTISTA
BIBIANO: 4953186
7615

Assinado de
forma digital
por RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:49531
867615
Dados:
2023.06.29
12:07:14 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio

Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

SUBSTITUTIVO-EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 588/2023

Dá o nome de Avenida Plínio Correa de
Oliveira à Avenida Um, no Bairro Califórnia,
regional noroeste.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominada como Avenida Plínio Correa de Oliveira a Avenida Um, situada no Bairro Califórnia, regional noroeste, CPM 302534, CEP: 32370-160.

Art. 2º Esta lei entra em vigor da data de sua publicação.

Belo Horizonte, 29 de junho de 2023

RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:
4953186
7615

Assinado de
forma digital
por RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:49531
867615
Dados:
2023.06.29
12:07:42 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio

INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 29/06/2023 15:12:48 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer PL 588.2023.pdf
Resumo SHA256 do arquivo 7bd3ac5cab27820f3094a5077525c010d9e63b9
ae87873031346ca9c0da7dc3e
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 2

▼ BR Assinatura por CN=RAMON BAPTISTA BIBIANO:***318676**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 29/06/2023 15:07:14 UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

▼ BR Assinatura por CN=RAMON BAPTISTA BIBIANO:***318676**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado

AVALIE ESTE
SERVIÇOEXPANDIR
ELEMENTOSModo escuro ☐

Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	29/06/2023 15:07:42 UTC
Status dos atributos	Aprovados
▶ Informações do assinante	
▶ Caminho de certificação	
▶ Atributos	



PARECER EM 2º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 589/2023

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 589/2023 de autoria do Executivo, que ***“Concede reajustes remuneratórios aos servidores e empregados públicos da administração direta e indireta do Poder Executivo e dá outras providências”***.

Em primeiro turno, o referido Projeto foi encaminhado às Comissões de **Legislação e Justiça; Administração Pública e da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas** nos termos regimentais como se depreende do despacho de recebimento constante às fls. 146 dos autos da proposição em análise.

Na **Comissão de Legislação e Justiça** o Projeto recebeu o parecer pela **constitucionalidade, legalidade e regimentalidade**, conforme se verifica às fls. 137-144 dos autos do Projeto.

Na **Comissão Administração Pública** recebeu o parecer pela **aprovação**, nos termos das fls. 150-159 dos autos.

Na **Comissão de Orçamento e Finanças Públicas** recebeu o parecer pela **aprovação**, nos termos das fls. 162-163 dos autos.

Seguindo o trâmite legislativo, o Projeto foi levado a votação ao Plenário dessa casa, sendo aprovado em primeiro turno.



Tendo em vista a apresentação de emenda, o Projeto retornou às Comissões para a emissão dos devidos pareceres em 2º turno.

Fui designado relator para exame da matéria na Comissão de Legislação e Justiça e nessa condição, emito o presente voto nos termos do art. 52, I, “a” e em conformidade com o artigo 85 e demais dispositivos afins, todos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

1) Fundamentação

O Projeto de Lei nº 589/2023 alvo deste parecer, pretende reajustar em 5,93%, a partir de 1º de junho de 2023, a remuneração dos servidores e empregados públicos da administração direta e indireta do Poder Executivo.

Ao Projeto foram apresentadas 18 emendas e subemendas, sendo elas:

- **Emenda 1**, de autoria do vereador Bruno Pedralva, que confere nova redação ao inciso I do art. 67:

“Art. 67 - Ficam revogados: I - os arts. 17 e 150 da Lei nº 7.169, de 30 de agosto de 1996;”

- **Emenda 2**, de autoria dos vereadores Flávia Borja e Irlan Melo, que acrescenta o seguinte artigo:

“Art. XX - Fica acrescentado o seguinte art. 18-A à Lei nº 11.205/2019:

Art. 18-A - Os ex-ocupantes dos cargos extintos de advogado e procurador da Beneficência da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (BEPREM), postos em disponibilidade remunerada nos termos do parágrafo único do art. 156, da Lei nº 10.362, de 29 de dezembro de 2011, ficam enquadrados no cargo efetivo de



Advogado Público Autárquico, em razão de decisão exarada nos autos do processo judicial nº 5037898-81.2022.8.13.0024, nos termos desta Lei.

§ 1º - Os ocupantes do cargo a que se refere o caput deste artigo passarão a exercer a jornada de 30h (trinta horas) semanais e serão posicionados no nível de vencimento que corresponda ao integral tempo de serviço de cada um dos mencionados servidores.

§ 2º - Em decorrência do caput deste artigo, a contagem de tempo para fins da obtenção de progressão por merecimento, iniciada no cargo anterior, não será interrompida.

§ 3º - Os efeitos previstos nesse artigo retroagem a 11 de agosto de 2022."

Emenda 3, de autoria do Executivo, que apresenta substitutivo ao texto original."

- **Emenda 4**, de autoria do vereador Bruno Miranda, que confere nova redação ao § 13 do art. 43:

"Art. 43 - [...]"

§ 13 - Os plantões previstos no caput e no § 6º poderão ser realizados por servidor ocupante de cargo em comissão ou função gratificada, fora do horário de trabalho, em caráter excepcional, sendo-lhe devido o valor correspondente ao respectivo cargo efetivo."

- **Emenda 5**, de autoria do vereador Bruno Miranda, que confere nova redação ao § 13 do art. 43:

"Art. 43 - [...]"

§ 13 - Os plantões previstos no caput e no § 6º poderão ser realizados por servidor ocupante de cargo em comissão ou função gratificada, fora do horário de trabalho, em caráter excepcional, sendo-lhe devido o valor correspondente ao respectivo cargo efetivo."

- **Emenda 6**, de autoria do Executivo, que apresenta substitutivo ao texto original.



- **Emenda 7**, de autoria do vereador Cleiton Xavier, que suprime o art. 40 do Projeto de Lei.
- **Emenda 8**, de autoria do vereador Wagner Ferreira, que suprime o inciso IV do art. 61.
- **Emenda 9**, de autoria do vereador Wagner Ferreira, que suprime o inciso V do art. 61.
- **Subemenda 1** à emenda 3, de autoria do Vereador Cleiton Xavier, suprime o § 3º proposto pelo art. 38 para o art. 178 da Lei nº 9.319/2007.
- **Subemenda 2** à emenda 3, de autoria do vereador Wagner Ferreira, que suprime o inciso V do art. 60.
- **Subemenda 3** à emenda 3, de autoria do vereador Wagner Ferreira, que suprime o inciso IV do art. 60.
- **Subemenda 1** à emenda 6, de autoria do Vereador Cleiton Xavier, suprime o § 3º proposto pelo art. 39 para o art. 178 da Lei nº 9.319/2007.
- **Subemenda 2** à emenda 6, de autoria dos vereadores Iza Lourença, Bruno Pedralva, Cida Falabella, Loíde Gonçalves, Pedro Patrus e Wagner Ferreira, que acrescenta artigo onde couber:

“Art. - Serão reajustados em 10,25% (dez inteiros e vinte e cinco centésimos) os vencimentos dos servidores inativos e pensionistas dos cargos de professor municipal e professor para a Educação Infantil, que fizeram opção pelo plano de carreira da área de atividades de Educação, instituído pela Lei nº 7.235, de 1996, a partir de 1º de junho de 2023.”



- **Subemenda 3** à emenda 6, de autoria dos vereadores Iza Lourença, Bruno Pedralva, Cida Falabella, Loíde Gonçalves, Pedro Patrus e Wagner Ferreira, que acrescenta onde couber, o seguinte artigo:

“Art. - O art. 4º da Lei nº 11.381, de 22 de julho de 2022, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo, renumerando-se os demais:

Art.4º) § Ao servidor da educação que não tenha participado da avaliação de desempenho no ano de 2021, por estar à disposição de outras administrações públicas em 2021 e licenças para acompanhar pessoa doente da família e licença médica, serão concedidas, excepcionalmente, 2 (duas) progressões profissionais, desde que tenha sido submetido ao processo de avaliação de desempenho realizado no ano de 2022.”

- **Subemenda 4** à emenda 6, de autoria dos vereadores Iza Lourença, Bruno Pedralva, Cida Falabella, Loíde Gonçalves, Pedro Patrus e Wagner Ferreira, que acrescenta artigo onde couber:

“Art. - Serão reajustados em 10,25% (dez inteiros e vinte cinco centésimos) os vencimentos dos servidores inativos e pensionistas dos cargos de professor para a Educação Infantil, que fizeram opção pelo plano de carreira da área de atividades de Educação, instituído pela Lei nº 7.235, de 1996, a partir de 1º de junho de 2023.”

- **Subemenda 5** à emenda 6, de autoria do vereador Wagner Ferreira, que suprime o inciso V do art. 60.

- **Subemenda 6** à emenda 6, de autoria do vereador Wagner Ferreira, que suprime o inciso IV do art. 60.

1.1) Da Constitucionalidade



Passaremos agora a análise da **constitucionalidade** da emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 545/2023.

Também conhecido por **controle de constitucionalidade preventivo**, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal, de avaliar a conformidade das proposições nascidas nessa casa, bem como daquelas oriundas do Poder Executivo, com os princípios e preceitos das Constituições Federal e Estadual e da Lei Orgânica do Município, visando atuar de maneira preventiva no sentido de se evitar que proposições inconstitucionais se tornem Lei.

A chamada **inconstitucionalidade por ação** (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma *compatibilidade vertical* das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (*normas inferiores*) com a Constituição (*norma superior*), pode se dar sob dois aspectos, **formal** e **material**.

A **inconstitucionalidade formal** refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual uma proposição que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a



competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A **inconstitucionalidade material** ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

O ato de emendar um Projeto de Lei é uma etapa importante do processo legislativo no Brasil, que permite aos parlamentares propor alterações ao texto original do Projeto. As emendas podem ser sugeridas durante a tramitação do Projeto, desde que respeitem as regras estabelecidas pela Constituição Federal.

Ele é previsto tanto na Constituição Federal quanto em nossa Constituição estadual:

Constituição Federal

Art. 59 - O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - emendas à Constituição;

Constituição de Minas Gerais

Art. 63 - O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - emenda à Constituição;

O processo de emendar um Projeto de Lei em nível municipal segue, em geral, as mesmas regras do processo legislativo federal e estadual.

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise dos quesitos de constitucionalidade da emenda apresentada ao PL 589/2023.



Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal.

No caso em tela, evidencia-se que as emendas se encontram em consonância com a competência municipal, disposta no art. 30, inciso I da Constituição da República, haja vista dispor em matéria pertinente ao interesse local.

Quanto aos substitutivos apresentados pelo executivo, através das **emendas 3 e 6**, que alteram toda a redação do projeto, não se vislumbram vícios de constitucionalidade. A competência para legislar sobre o regime jurídico e vencimento dos servidores da Administração Direta e Indireta são privativas do Prefeito, em observância ao princípio da simetria e o disposto no art. 61, § 1º, II, "a", "c" da CRFB/88. Ainda, as emendas encontram amparo no Art. 37, X da Constituição da República, ao tratar sobre a garantia de os servidores públicos terem reajuste remuneratório anual.

Quanto a **emenda 1**, que retira a revogação do art. 75 da Lei nº 7.169 de 1996, não se vislumbram vícios de constitucionalidade. A supressão de conteúdos considerados incompatíveis, inadequados ou prejudiciais ao interesse público, por meio de emendas, representa um instrumento democrático que promove o aprimoramento do conteúdo normativo, em conformidade com os princípios e diretrizes constitucionais.

Quanto a **emenda 2**, entendo pela constitucionalidade, por estar em conformidade com os princípios constitucionais, da razoabilidade e da busca pelo interesse público, bem como os preceitos e princípios das Constituições Federal e Mineira.



Quanto a **emenda 4**, trata-se de mero acréscimo textual, que tão somente amplia o escopo do artigo, nesse sentido, não se vislumbram vícios de constitucionalidade.

Quanto a **emenda 5**, está acrescenta a expressão “em caráter excepcional” a previsão de plantões descrita no artigo. Entendo que mudança pretendida pelo legislador promove o aprimoramento do conteúdo normativo, em conformidade com os princípios e diretrizes constitucionais.

Quanto as **emendas 7, 8, 9, subemendas 1, 2 e 3 à emenda 3 e subemenda 1, 5 e 6 à emenda 6**, tratam-se apenas de supressão de dispositivos do Projeto, não cabendo aqui discussão sobre a constitucionalidade ou não das mesmas. Isso porque as emendas supressivas são mecanismos constitucionais que permitem aos parlamentares propor a retirada de dispositivos ou trechos específicos de um projeto de lei, dentro do seu exercício e função legislativa.

Quanto a **subemenda 2 à emenda 6**, que dispõe de reajuste para os servidores inativos e pensionistas dos cargos de professor municipal e professor para a Educação Infantil, não vislumbro óbices de constitucionalidade, por promover o aprimoramento do conteúdo normativo, em conformidade com os princípios constitucionais, da razoabilidade e da busca pelo interesse público, bem como os preceitos e princípios das Constituições Federal e Mineira. A **subemenda 4 à emenda 6** dispõe de conteúdo idêntico, somente com a retirada dos professores municipais, sendo assim, mantenho para emenda a mesma fundamentação exposta acima.

Quanto a **subemenda 3 à emenda 6**, trata-se de aprimoramento do conteúdo normativo, em conformidade com os princípios e diretrizes constitucionais, de tal forma, não vislumbro vícios de constitucionalidade.



Concluo, portanto, pela **constitucionalidade** das emendas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, das subemendas 1, 2 e 3 à emenda 3 e das subemendas 1, 2, 3, 4, 5 e 6 à emenda 6, apresentadas ao Projeto de Lei 589/2023.

1.2) Da Legalidade

Aqui, a legalidade (*stricto sensu*) pressupõe a redução e concordância das proposições legislativas à Lei, fazendo com que sua produção se dê em acordo com os preceitos e princípios constitucionais, de modo a legitimar os atos da administração pública.

No que diz respeito as emendas apresentadas ao Projeto, não vislumbro qualquer afronta a normas infraconstitucionais, bem como à legislação vigente.

Por tudo exposto, concluo pela **legalidade** das emendas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, subemendas 1, 2 e 3 à emenda 3 e subemendas 1, 2, 3, 4, 5 e 6 à emenda 6, apresentadas ao Projeto de Lei 589/2023.

1.3) Da Regimentalidade

Entende-se por regimentalidade o conjunto de procedimentos e técnicas redacionais específicas para a elaboração dos textos legais, para que tanto o conteúdo quanto a forma da norma gerada expressem a exata e inequívoca vontade do legislador.

Assim, temos que as emendas e subemendas estão instruídas corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal, verificando-se que o



mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa, estilo parlamentar e não constitui matéria prejudicada.

Com isso, votamos pela **regimentalidade** das emendas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, das subemendas 1, 2 e 3 à emenda 3 e das subemendas 1, 2, 3, 4, 5 e 6 à emenda 6, apresentadas ao Projeto de Lei 589/2023.

2) Conclusão

Diante do exposto, meu parecer e voto são *pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade* das emendas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, subemendas 1, 2 e 3 à emenda 3 e subemendas 1, 2, 3, 4, 5 e 6 à emenda 6, apresentadas ao Projeto de Lei 589/2023.

Belo Horizonte, 21 de junho de 2023.

JORGE LUIZ DOS
SANTOS:023770
68731

Assinado de forma digital por JORGE
LUIZ DOS SANTOS:02377068731
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI
Múltipla vS, ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF-A3,
cn=JORGE LUIZ DOS
SANTOS:02377068731
Dados: 2023.06.21 17:55:06 -03'00'

Vereador Jorge Santos

Relator

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO**▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001**

Data de verificação 21/06/2023 20:57:27 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer - PL 589-23 - 2º Turno.pdf
Resumo SHA256 do arquivo 07a994e1593739724e262bac2fb5117d3a4c474289bcbd0a371df3e7d682bf91
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=JORGE LUIZ DOS SANTOS:*770687**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR**

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 21/06/2023 20:55:06 UTC
Status dos atributos Aprovados

(▶ Informações do assinante**(▶ Caminho de certificação****(▶ Atributos**

**AVALIE ESTE
SERVIÇO****EXPANDIR
ELEMENTOS****Modo escuro** ☐